

## RESENHA

FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves de; FERNANDES, Alexandra Borges (Org.). **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, 215p.

O livro “**Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**”, organizado por Marcus V. Fonseca, Carolina M. Silva e Alexandra B. Fernandes, é resultado de seminários realizados no ano de 2009, na Faculdade de Educação da UFMG, pelo projeto: “Pensar a Educação, Pensar o Brasil”. Esse projeto, desde 2007, aborda a reflexão a favor da escola pública na consolidação da democracia brasileira. No terceiro ano do projeto, os seminários privilegiaram um tema que tem mobilizado os debates educacionais: as relações étnico-raciais e a Educação no Brasil, focando em novas práticas escolares, na expectativa de minimizar a discriminação e o preconceito na escola.

Negros, índios e imigrantes constituem os grupos analisados por pesquisadores de vários campos do conhecimento nesta obra que alia educação e diversidade. Em seis capítulos são estabelecidas discussões coerentes e a temática é analisada sob o ponto de vista antropológico, histórico e sociológico.

Um dos principais méritos da obra está presente nos questionamentos consistentes que permitem suscitar grandes reflexões no leitor, como as que seguem. Por que só recentemente é que as questões sobre o lugar do negro ganham espaço? A legislação é suficiente para estabelecer esse lugar? Por que há resistência contra o sistema de políticas afirmativas? Por que pessoas brancas não costumam se sentir pertencentes a um grupo étnico-racial? A história tradicional que nos é contada pode ser considerada a correta? Podemos afirmar que no século XIX a maioria dos que estavam matriculados nas escolas eram brancos, sem pensar em quem os classificou e quais critérios foram utilizados? O que é ser negro na sociedade atual? É possível ressignificar a tradição nativa dos indígenas e, ao mesmo tempo, apropriar e transformar a técnica e o conhecimento ocidental? Por que houve incentivo para a vinda de imigrantes europeus para o Brasil? A escola

esteve e está engajada em um clima favorável à pluralidade cultural? Essas são questões que norteiam discussões recorrentes na obra e que são inerentes a fatos e situações que perpassam o nosso cotidiano de maneira peculiar.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, no *Capítulo 1* afirma que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana trazem implicações que precisam ser levadas em consideração. E que, para o processo de educação das relações étnico-raciais ser desencadeado, executado e avaliado, é necessário compreender como os processos de ensinar e aprender vêm acontecendo desde o “descobrimento” do Brasil. O texto ressalta aspectos históricos relacionando-os com pontos que contrastam a necessidade com as dificuldades de ensinar, enxergar e lidar com “os diferentes”.

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem frente às relações étnico-raciais, Nilma Lino Gomes, no *Capítulo 2*, aborda questões relevantes que podem interferir direta ou indiretamente nesse processo, como: a formação dos professores, as políticas de ações afirmativas e a influência do Movimento Negro na política brasileira. Desde 2003, existem iniciativas legais, advindas do governo, em resposta às lutas históricas empreendidas pelo Movimento Negro contra as excrescências que naturalizaram as diferenças étnico-raciais e as transformaram em desigualdade. Uma dessas iniciativas está voltada para a formação de professores na perspectiva da diversidade étnico-racial. Mas cabe perguntar: o que está sendo feito a partir dessas leis? Apesar de algumas iniciativas ressaltadas pela autora, ela afirma que essa discussão ainda não ocupa um lugar relevante nos currículos de graduação do país. Outra iniciativa diz respeito às políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra nas universidades públicas. Gomes considera o momento atual como o espaço-tempo de alargamento de saberes, dentre eles: os políticos, os identitários e os estéticos. A autora explica cada um desses, destacando os impactos de tais discussões na sociedade brasileira.

No *Capítulo 3*, Marcus Vinícius Fonseca traz aspectos que caracterizam a educação e o controle em relação à população negra no século XIX. O texto analisa a educação do negro no Brasil, mais especificamente no estado de Minas Gerais. No século XIX, a obrigatoriedade da instrução elementar tinha por objetivo garantir a inscrição da população mineira, predominantemente negra, aos aportes civilizacionais tidos como indispensáveis para o desenvolvimento da região. Logo,

havia o predomínio dos negros nos espaços de educação escolar. Vale então questionar a visão tradicionalmente construída pela historiografia, que tende a registrar a presença dos negros nas escolas do século XIX como algo esporádico e casual. Outra informação intrigante contida nesse texto é a relação existente entre o pertencimento racial e as expectativas diferenciadas dos professores em relação aos alunos negros e brancos. Um negro que conseguia atingir a escolarização no nível secundário poderia ser “elevado” à condição de branco. As discussões travadas por Fonseca mostram que é extremamente relevante refletir e analisar a história que nos é contada.

No *Capítulo 4*, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves contempla a escolarização dos negros no século XIX e início do século XX, considerando questões relacionadas à classificação racial e a luta do Movimento Negro contra o racismo. Assim como Fonseca, no capítulo 3, Gonçalves também afirma que a integração de negros (livres e escravos) na escolarização formal no século XIX não tinha interesse em construir uma nova trajetória para essas pessoas. E que os registros por sua vez mostram a superioridade de não brancos matriculados em escolas das primeiras letras do período imperial. Então cabe aqui outro questionamento: o que justifica o baixíssimo acesso desse mesmo grupo nas escolas primárias no período republicano? No decorrer do texto o autor levanta alguns apontamentos a fim de trabalhar essa ruptura. O autor estabelece ainda discussões sobre a complexa e controversa classificação racial no Brasil. Com sustentação teórica ele mostra como o vocabulário étnico e racial no século XIX, diferentemente do que ocorre hoje, era elaborado e diversificado, expondo e explicando cada uma das classificações. Além disso, afirma que hoje, no século XXI, existem indagações a respeito de quem é negro no Brasil, e que no século XIX, o problema era saber quem era branco, já que não havia nenhuma vantagem em ser descendente de africano ou de índio. Vários fatos expostos no texto revelam que o Brasil, já na década de 1950 e 1960 não era uma democracia racial. Em contraposição, diversas são as organizações, dentre elas o Movimento Negro Unificado (MNU), que intensificaram o reconhecimento de uma identidade negra com propósitos semelhantes: combater a desigualdade racial e o racismo. Propósitos que esbarram com inimigos como: o mito da democracia racial e o fato do racismo brasileiro ser um fenômeno institucional (p.117). Gonçalves descreve eventos ocorridos em prol dessa causa no país, mostrando que

paulatinamente o Estado brasileiro vem trazendo o tema para o centro da agenda política. E que, portanto, só recentemente é que tais discussões foram colocadas em pauta.

Ruben Caixeta de Queiroz, no *Capítulo 5*, aborda aspectos relevantes sobre a escolarização indígena em defesa desses sujeitos que fazem parte da construção da sociedade brasileira. O autor critica o fato de a escola no meio indígena significar um instrumento poderoso de propagação do valor e da ética do mundo ocidental, uma vez que ela vem se configurando como lugar onde se deve aprender a “cultura do branco”. Assim, considera que, neste percurso de educação “escolarizada”, há uma profunda transformação nos modos de vida da população indígena: na sua comunicação, na política, na poesia, dentre outros aspectos da cultura. Queiroz analisa o lugar ocupado pela instituição escola em aldeias de índios Waiwai e índios Yekuana, por meio de dois estudos etnográficos realizados por ele. No texto, há passagens interessantes que descrevem esse processo e permitem identificar grandes desafios para a contemporaneidade. Como por exemplo: a “escola” e os “educadores” indígenas, em um processo complexo, conseguem trabalhar de modo que o conhecimento tenha sentido para a cultura indígena, a fim de ressignificar a tradição nativa e, ao mesmo tempo, apropriar e transformar a técnica e o conhecimento ocidental. É uma tarefa difícil e que pode parecer paradoxal, contudo não é impossível de ser realizada.

O *Capítulo 6* contém informações que contribuem para debates e pesquisas sobre os processos de escolarização e as formas de tratamento da diversidade na primeira metade do século XX. Lúcio Kreutz contextualiza o início e os possíveis motivos da imigração no Brasil, apresentando dados que caracterizam as imigrações: alemã, italiana, polonesa e a japonesa, destacando diferenças e semelhanças entre elas. Ao longo desse processo, núcleos etnicamente homogêneos foram formados e, conseqüentemente, as escolas eram étnicas, uma vez que o currículo retratava as dimensões culturais próprias de cada uma. Houve diferenças entre escolas étnicas urbanas e rurais. E ambas tiveram a forte presença das igrejas cristãs, católica e luterana, sendo denominadas “escolas étnico-comunitárias, com acentuada conotação confessional” (p.197). No período republicano houve um movimento de crescente tensão entre igrejas, imigrantes e Estado, e esse movimento é situado por Kreutz com o objetivo de mostrar o rumo

dessas escolas no século XX. Atualmente, segundo o autor, encontramos-nos em contexto histórico com crescente sensibilidade para a questão da identidade/diferença. Estamos mais atentos para as relações entre educação, cultura e sociedade, avançando no entendimento de que a multiplicidade de grupos étnicos no país não é um mal, como foi considerado em várias situações e em vários períodos históricos.

De maneira geral, através de exemplos de pesquisas históricas e pesquisas etnográficas, além das respectivas discussões, o livro justifica o seu propósito, permitindo enxergar como o processo educacional, em suas vicissitudes, é importante e necessário a todos os sujeitos, sem distinção de raça/etnia. Por conseguinte vale ressaltar que a Educação pode ser sinônimo de preparação para a vida sim, como diriam alguns intelectuais, entretanto é preciso considerar o indivíduo na sua totalidade e respeitá-lo na sua diferença. Desta forma, afirma Silva, no primeiro capítulo do livro (p.31): “[...] não é somente com a inteligência que se tem acesso a conhecimentos [...] é com o corpo inteiro - o físico, a inteligência, os sentimentos, as emoções, a espiritualidade - que ensinamos e aprendemos, que descobrimos o mundo.”

A obra, como dito inicialmente, contém seis capítulos escritos por diferentes autores. Portanto, é compreensível que alguns temas e conceitos não sejam aprofundados, o que não deixa de ser positivo, pois instiga o leitor a buscar novas explicações. Em cada capítulo são estabelecidas discussões que contribuem de forma significativa para o que a obra se propõe: trazer reflexões acerca da temática a fim de tentar minimizar o preconceito e a discriminação. Apesar de dedicar quatro capítulos para a questão do negro e apenas um para o índio e outro para o imigrante, os autores conseguem mostrar a influência da educação no interior desses grupos e a importância do respeito e não apenas tolerância à diversidade cultural.

Assim, como afirma Silva (no capítulo 1), as sociedades multiculturais terão dificuldades de se tornarem democráticas se não lutarem contra injustiças, como opressões e discriminações. Nesse sentido, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana e suas indagações aos processos educacionais poderá ser um dos caminhos para a construção de subjetividades mais democráticas. No entanto, a legislação, por si só, não é o bastante. Ao pensá-la

como instrumento que faz parte dessa luta exaustiva, é preciso cautela para não interpretá-la “romanticamente”. É importante pensar em ações que podem contribuir para colocá-la em prática, efetivá-la. A legislação consiste num passo, mas não é o trajeto completo, pronto e acabado. Há muito que se fazer e a obra é bastante consistente em proposições que seguem nessa direção.

Após a leitura dos capítulos que remetem à questão do negro, é perceptível a contradição existente na sociedade contemporânea: o novo racismo se configura em um discurso antirracista, mas ainda entende o negro como ser inferior. O racismo no Brasil é velado. No livro, mais especificamente no capítulo 4, Gonçalves relata uma passagem sobre essa questão: “Em um país no qual uma criança branca chama uma mulher negra de macaca e de carvão, tendo o consentimento do pai, sob risos debochados, e ainda se ouvem, diante de um episódio aparentemente ingênuo, autoridades, intelectuais, especialistas dizendo que isso não deve ser visto como indício de racismo, mas como um ato isolado que com o tempo passa, só há uma saída: abandonar este mundo, porque nenhuma luta vale a pena” (p.139). O seu discurso é compreensível, pois mostra sua indignação e sua desesperança diante dos fatos. Contudo, deve-se considerar que mudanças só acontecem por meio de lutas, e que a desistência é um instrumento determinante para manter o preconceito e a discriminação racial na sociedade.

Cabe, nesse momento, então, estabelecer uma relação analógica. No livro é dito que as consequências do que aconteceu no passado não são imediatistas, muito pelo contrário, são duradouras, pois se perpetuam ao longo do tempo, em diferentes contextos e de várias formas. Nessa mesma lógica podemos nos remeter ao presente e perceber que os atos de hoje irão influir no futuro, sejam eles positivos ou negativos. Portanto para todos aqueles que de alguma forma almejam e lutam por um Estado baseado na igualdade dos indivíduos não só perante a lei, mas também na garantia de oportunidades, a utopia se faz necessária. Não no sentido de interpretar esses ideais como projetos irrealizáveis, mas sim como objetivos, para que a luta contra qualquer tipo de discriminação e a repulsa ao obscurantismo advindo de senso comum não se ausentem dessa sociedade dotada de complexidades.

***ANA CLÁUDIA CARVALHO***

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Socioeducativos e Práticas Escolares – Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e bolsista CAPES/DS. E-mail: [anaccarvalho14@yahoo.com.br](mailto:anaccarvalho14@yahoo.com.br)